

VOLNIR CARDOSO ARAGÃO

**Intervenção de Terceiros na Execução e
Outras Questões Controvertidas**

Editora NOTADEZ
Informações Jurídicas

**347.921.3(81)
A659i**



Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima –
CRB 10/1273

A659Í

Aragão, Volnir Cardoso

Intervenção de terceiros na execução e outras questões controvertidas /
Volnir Cardoso Aragão. - Sapucaia do Sul: Notadez, 2005.

16x23cm,; 302p.

1. Processo civil. 2. Processo de Execução. 3. Intervenção de Terceiros.
4. Concurso especial de credores. I. Título.

ISBN 85-99315-01-3

347.921.3(81)
A659i



Sumário

INTRODUÇÃO	17
1 A AÇÃO DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	19
1.1 CONCEITO DE EXECUÇÃO	19
1.2 NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO	20
1.3 ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	21
1.3.1 Do Mérito da Ação Executiva	21
1.3.2 Da Sentença de Mérito na Ação Executiva	22
1.3.3 O Princípio do Contraditório no Processo de Execução	24
1.3.4 Da Coisa Julgada na Ação Executiva	26
1.4 LEGITIMIDADE PARA A AÇÃO EXECUTIVA	31
1.4.1 Legitimidade Ativa	32
1.4.1.1 Legitimidade Ativa Primária	32
1.4.1.2 Legitimidade Ativa Secundária	32
1.4.1.3 Legitimidade Ativa Extraordinária	34
1.4.2 Legitimidade Passiva	35
1.4.2.1 Legitimidade Passiva Ordinária Primária	35
1.4.2.2 Legitimidade Passiva Ordinária Secundária	36
1.4.2.3 Legitimidade Passiva Extraordinária	37
1.4.2.4 Responsabilidade Executiva e Responsabilidade Patrimonial	37
1.4.2.5 A Fraude à Execução como Fonte de Legitimidade Extraordinária	47
2 A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO BRASILEIRO DE COGNIÇÃO E EXECUÇÃO	49
2.1 CONCEITO, FUNDAMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE INTERVENÇÃO	50
2.2 PARTE E TERCEIRO	52
2.3 CATEGORIZAÇÃO DOS TERCEIROS EM FACE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	54
2.4 CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE INTERVENÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E SUA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO	59
2.4.1 Da Assistências	50
2.4.1.1 Assistência Simples	60
2.4.1.2 Assistência Litisconsorcial	61
2.4.1.3 Assistência na Ação Executiva	62
2.4.2 Da Oposição	65
2.4.2.1 Da Oposição Interventiva	65

347.921.3(81)
A659i



2.4.2.2 Da Oposição Autônoma	66
2.4.2.3 A Oposição na Ação Executiva	66
2.4.3 Da Nomeação à Autoria	71
2.4.3.1 Da Nomeação à Autoria na Ação Executiva	73
2.4.4 Da Denúnciação à Lide	76
2.4.4.1 Da Denúnciação à Lide na Ação Executiva	78
2.4.5 Do Chamamento ao Processo	86
2.4.5.1 Do Chamamento ao Processo na Ação Executiva	88
2.4.6 O Recurso do Terceiro Prejudicado	91
2.4.6.1 O Recurso do Terceiro Prejudicado na Ação Executiva	92
2.4.7 Os Embargos de Terceiro	95
2.4.7.1 Os Embargos de Terceiros do Credor com Garantia Real	98
3 A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO NO DIREITO COMPARADO	101
3.1 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FRANCÊS	101
3.1.1 Noções Preliminares do Sistema Processual Civil Francês	101
3.1.2 A Sais/e - Significado do Termo	103
3.1.3 Da Intervenção de Terceiros no Processo de Conhecimento (<i>Procédure Civile</i>)	103
3.1.4 Da Intervenção de Terceiros no Processo de Execução (<i>La Voie D'exécution</i>)	107
3.1.5 As Partes na Execução e a Noção de Terceiro	108
3.1.5.1 Da intervenção Provocada (coata)	113
3.1.5.1.1 Intervenção na <i>saisie</i> de bens móveis	113
3.1.5.1.1.1 A <i>saisie</i> de bens móveis incorporais	113
3.1.5.1.1.2 A <i>saisie</i> de bens móveis corporais	121
3.1.5.1.2 Intervenção na <i>saïste</i> de bens imóveis	127
3.1.5.2 A Intervenção Espontânea (Voluntária)	129
3.1.5.2.1 Incidentes concernentes à <i>saisie</i> de bens móveis	129
3.1.5.2.1.1 Incidentes provocados por outros credores	130
3.1.5.2.1.2 Incidentes provocados por terceiros vítimas de uma <i>saisie</i>	131
3.1.5.2.2 Incidentes concernentes à <i>saisie</i> de bens imóveis	132
3.1.5.2.2.1 Regras gerais, aplicáveis a todos os incidentes da <i>saisie immobilière</i>	133
3.1.5.2.3 Incidentes provocados por outros credores	134
3.1.5.2.4 Incidentes provocados por terceiros vítimas da <i>saisie</i>	137
3.2 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO PORTUGUÊS	139
3.2.1 Noções Preliminares do Sistema Processual Português	139

347.921.3(81)
A659i



3.2.2 Da Reforma da "Acção Executiva"	140
3.2.3 Da Intervenção de Terceiros à Luz do CPC Revisto	142
3.2.3.1 Principais Inovações	142
3.2.3.2 Modalidades	143
3.2.3.2.1 Intervenção principal	143
3.2.3.2.1.1 Intervenção espontânea	144
3.2.3.2.1.2 Intervenção provocada	145
3.2.3.2.2 Intervenção acessória	146
3.2.3.2.2.1 Intervenção acessória provocada	147
3.2.3.2.2.2 Intervenção acessória espontânea	148
3.2.3.2.2.3 Intervenção acessória do Ministério Público	149
3.2.3.2.3 Oposição	149
3.2.3.2.3.1 Oposição espontânea	150
3.2.3.2.3.2 Oposição provocada	151
3.2.3.2.3.3 Oposição mediante embargos de terceiros	151
3.2.4 Legitimidade para a "Acção Executiva"	153
3.2.4.1 Partes Principais	154
3.2.4.2 O Cônjuge do Executado	155
3.2.4.2.1 O cônjuge do executado passa a executado	157
3.2.4.3 Os Credores com Garantia Real	158
3.2.4.4 Os Terceiros Responsáveis	159
3.2.4.5 Terceiros Abrangidos pelo Caso Julgado	160
3.2.4.6 Partes Acessórias	161
3.2.5 Da Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	161
3.2.5.1 Intervenção Principal Espontânea na Ação Executiva	164
3.2.5.2 Intervenção Principal Provocada	166
3.2.5.3 Intervenção Acessória Provocada	167
3.2.5.4 Intervenção Acessória Espontânea – Assistência	167
3.2.5.5 Da Oposição	169
3.2.5.5.1 Da oposição espontânea	169
3.2.5.5.2 Oposição provocada	169
3.2.5.5.3 Oposição mediante embargos de terceiros	170
3.3 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO ESPANHOL	171
3.3.1 Noções Preliminares do Sistema Processual Espanhol	171
3.3.2 Da Intervenção de Terceiros no Direito Espanhola Luz da Nova LEC	174
3.3.2.1 Linhas Gerais	178
3.3.2.2 Modalidades	180
3.3.2.2.1 Intervenção principal e intervenção adesiva	180
3.3.2.2.2 Intervenção adesiva litisconsorcial e simples	180

347.921.3(81)
A659i



3.3.2.2.3 Intervenção voluntária e provocada	181
3.3.2.3 Intervenção Voluntária	182
3.3.2.3.1 Intervenção Principal	182
3.3.2.3.1.1 Conceito e fundamento	182
3.3.2.3.1.2 Hipóteses	183
3.3.2.3.1.3 Tratamento processual	184
3.3.2.3.2 Intervenção Litisconsorcial	185
3.3.2.3.2.1 Conceito e fundamento	185
3.3.2.3.2.2 Hipóteses	186
3.3.2.3.2.3 Tratamento processual	188
3.3.2.3.3 Intervenção Adesiva Simples	189
3.3.2.3.3.1 Conceito e fundamento	189
3.3.2.3.3.2 Hipótese	190
3.3.2.3.3.3 Tratamento processual	191
3.3.2.4 Intervenção Provocada	192
3.3.3 Legitimidade para a Ação Executiva	196
3.3.3.1 A contradição processual	196
3.3.3.2 Conceito de Parte no Processo de Execução	199
3.3.3.3 Legitimidade para a Execução: Pressupostos Gerais	200
3.3.3.3.1 Legitimação ativa	201
3.3.3.3.1.1 Legitimação ordinária	201
3.3.3.3.1.2 Legitimação extraordinária	203
3.3.3.3.1.3 Sucessão processual	204
3.3.3.3.2 Legitimação passiva	208
3.3.3.3.2.1 Responsabilidade pessoal por disposição legal	209
3.3.3.3.2.2 Responsabilidade pessoal mediante fiança	210
3.3.3.3.2.3 Responsabilidade apoiada na propriedade dos bens afeitos ao pagamento da dívida	211
3.3.3.3.2.4 Outros sujeitos da execução	211
3.3.3.3.2.5 Despacho de execução contra pessoa não legitimada passivamente	213
3.3.3.3.3 Casos de pluralidade de partes	214
3.3.4 Da Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	215
3.3.4.1 Terceira de Domínio	218
3.4 DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO DIREITO PROCESSUAL ITALIANO	219
3.4.1 Noções Preliminares do Sistema Processual Civil Italiano	219
3.4.2 Da Intervenção de Terceiros no Direito Italiano	225
3.4.2.1 Linhas Gerais	225
3.4.2.2 Modalidades	226
3.4.2.3 Intervenção Voluntária	227

347.921.3(81)
A659i



3.4.2.3.1 Oposição (<i>Intervento Principale</i>)	228
3.4.2.3.1.1 Conceito e fundamento	228
3.4.2.3.1.2 Hipóteses	228
3.4.2.3.2 Intervenção Litisconsorcial (<i>intervento litiscosortele</i>)	230
3.4.2.3.2.1 Conceito e fundamento	230
3.4.2.3.2.2 Hipóteses	231
3.4.2.3.3 Assistência Simples (<i>intervento adesivo dipendente</i>)	231
3.4.2.3.3.1 Conceito e fundamento	231
3.4.2.3.3.2 Hipótese	232
3.4.2.4 Intervenção por Iniciativa da Parte (<i>L'intervento su istanza di parte</i>)	232
3.4.2.4.1 Chamamento em garantia	233
3.4.2.4.2 <i>Nomenatio actoris</i>	234
3.4.2.4.3 Chamamento do terceiro pretendente	234
3.4.2.5 Intervenção por Ordem do Juízo (<i>L'intervento Per Ordine del Giudice</i>)	235
3.4.3 O Processo de Execução Forçada no Código Processual Italiano	235
3.4.4 Legitimidade para a Ação de Execução Forçada	238
3.4.4.1 Conceito de Parte no Processo de Execução Forçada	238
3.4.4.2 Legitimidade para a Execução: Pressupostos Gerais	239
3.4.4.2.1 Legitimação ativa	240
3.4.4.2.2 Legitimação passiva	241
3.4.4.2.2.1 Legitimação passiva do terceiro	241
3.4.4.2.2.2 Obrigação e responsabilidade executiva	243
3.4.5 Da Intervenção de Terceiros no Processo de Execução Italiano	244
3.4.5.1 Justiça, Regularidade e Congruência da Execução Forçada	245
3.4.5.2 Oposição do Terceiro no Processo Executivo	246
3.4.5.2.1 Da legitimação do terceiro para a oposição à execução	247
3.4.5.3 O Concurso de Credores na Expropriação Forçada	250
3.4.5.3.1 Dos poderes dos credores e da legitimidade	252
3.4.5.3.2 Distinção entre credores e situação jurídica	252
3.4.5.3.3 Do momento para intervenção dos credores	254
3.4.5.3.4 O concurso de credores na expropriação imobiliária	255
3.4.5.4 Da Expropriação Contra o Terceiro	258
4 O CONCURSO ESPECIAL DE CREDORES COMO FORMA DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NA AÇÃO EXECUTIVA	261
4.1 DEFINIÇÃO	261

347.921.3(81)
A659i



4.2 DIFERENCIAÇÃO ENTRE O CONCURSO DE PREFERÊNCIAS E O CONCURSO UNIVERSAL DE CREDORES	262
4.3 FUNDAMENTO JURÍDICO DO CONCURSO	263
4.4 NATUREZA JURÍDICA DO CONCURSO	264
4.5 AS PARTES NO CONCURSO	265
4.6 A FORMA, O MOMENTO E O MODO DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO – O PROTESTO POR PREFERÊNCIA	268
4.6.1 A Forma	268
4.6.2 O Momento	270
4.6.3 O Modo - O Protesto por Preferência	271
4.7 O CONTRADITÓRIO, A LIDE E OS PODERES DO JUIZ E DAS PARTES NO CONCURSO	271
4.7.1 O Contraditório	271
4.7.2 A Lide	272
4.7.3 Dos Poderes do Juiz e das Partes	273
4.8 DA GRADUAÇÃO DOS CRÉDITOS FRENTE AO CONCURSO	274
4.9 O JULGAMENTO DO CONCURSO E A NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA - O RECURSO	278
4.10 O CONCURSO DE CREDORES COMO FIGURA DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NA AÇÃO EXECUTIVA	279
4.11 QUESTÕES RELATIVAS À COMPETÊNCIA JURISDICIONAL EM FACE DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS ATRAVÉS DO CONCURSO ESPECIAL DE CREDORES	283
CONCLUSÕES	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	295

347.921.3(81)
A659i

